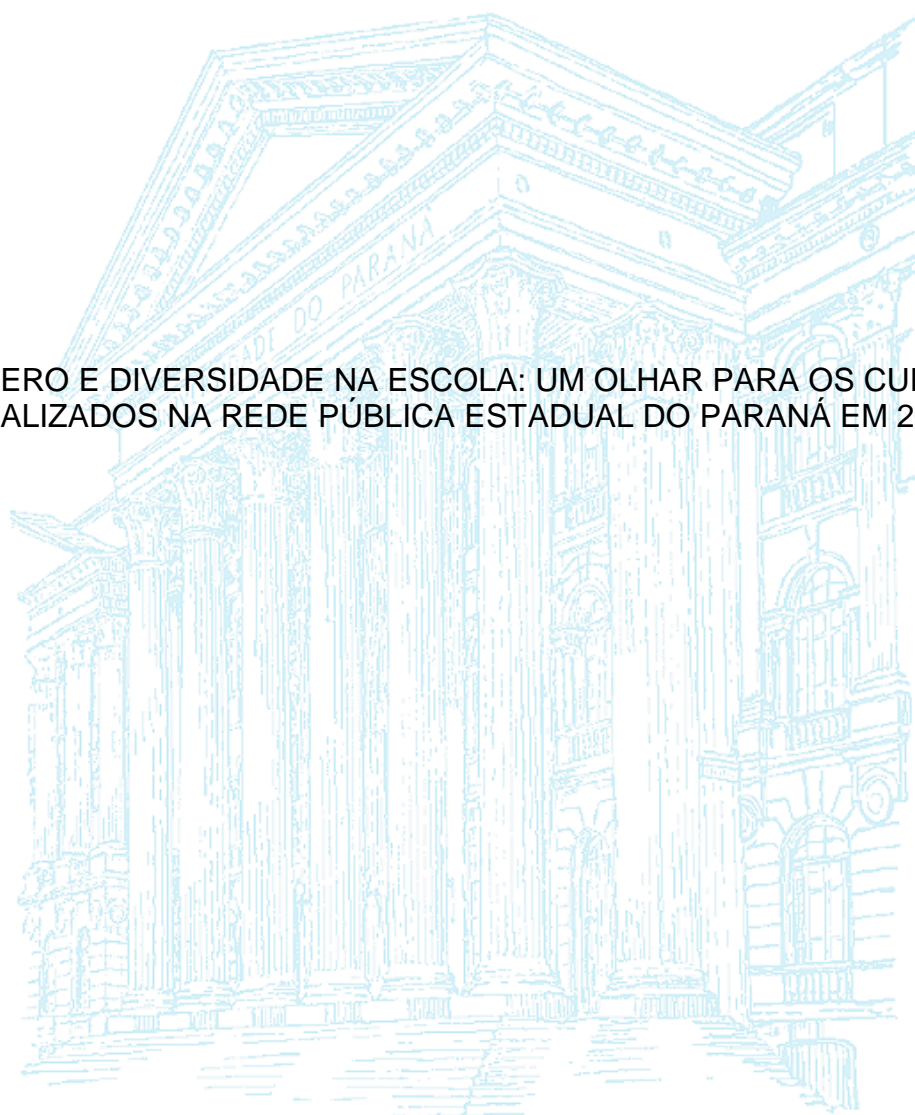


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

RICARDO JOSÉ BOIS

GÊNERO E DIVERSIDADE NA ESCOLA: UM OLHAR PARA OS CURSOS
REALIZADOS NA REDE PÚBLICA ESTADUAL DO PARANÁ EM 2010.



ITAJAÍ
2016

RICARDO JOSÉ BOIS

**GÊNERO E DIVERSIDADE NA ESCOLA: UM OLHAR PARA OS CURSOS
REALIZADOS NA REDE PÚBLICA ESTADUAL DO PARANÁ EM 2010.**

Trabalho de Conclusão do Curso de Pós-Graduação em nível de Especialização em Gênero e Diversidade na Escola, do Setor Litoral da Universidade Federal do Paraná, apresentado como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Gênero e Diversidade na Escola.

Orientador: Professora Doutora Nadia Terezinha Covolan

ITAJAÍ
2016

GÊNERO E DIVERSIDADE NA ESCOLA: UM OLHAR PARA OS CURSOS REALIZADOS NA REDE PÚBLICA ESTADUAL DO PARANÁ EM 2010.

Ricardo José Bois¹; Nadia T. Covolan²

¹Professor de História – Secretaria de Estado da Educação do Paraná; E-mail: rikbois@seed.pr.gov.br

² Doutora em Ciências Humanas – Universidade Federal do Paraná. E-mail: nadiathe@gmail.com

Resumo:

Neste artigo pretendo visibilizar, discutir e realizar uma análise sobre as abordagens das questões de gênero e diversidade sexual que foram pretendidas, trabalhadas e discutidas, no ano de 2010, na Rede Pública Estadual de Educação do Paraná, pelas/os professoras/es, pedagogas/os e funcionárias/os. As temáticas de gênero e diversidade sexual foram inseridas nos programas da formação continuada dessas/es profissionais, no intuito de estimular o processo interativo de diálogo livre de preconceitos e discriminações na educação e, principalmente, dentro das salas de aula. O foco principal, desse texto é enfatizar a valorização das expressões da diversidade e as questões de gênero no cenário escolar, bem como, do estímulo à produção e circulação de conteúdos não discriminatórios e não estereotipados e, ao mesmo tempo, a promoção e permanência desses conteúdos e produções nos ambientes de fruição educacional, para contribuir com o enfrentamento do preconceito e de todas as formas de discriminação vivenciadas por estudantes e comunidade escolar no cotidiano da escola e na sociedade em geral.

Palavras-chave: diversidade; educação; formação.

Abstract:

This article aims to enable, discuss and carry out an analysis of the approaches of gender and sexual diversity that were intended, worked and discussed in 2010 at the State Public Education of Paraná by teachers, educators and employees. The themes of gender and sexual diversity were included in the programs of continuing education of these professionals in order to stimulate the interactive process of dialogue free from bias and discrimination in education and especially at the classroom. The main focus of this paper is to emphasize the value of the expressions of diversity and gender issues in the school setting, as well as the stimulus to the production and circulation of non-discriminatory and non-stereotyped content and at the same time, the promotion and retention of such content and productions in the environments of educational enjoyment, to contribute to tackling prejudice and all forms of discrimination experienced by students and school community at the school everyday life and society in general.

Keywords: diversity; education; training.

INTRODUÇÃO

A educação é o caminho para o desenvolvimento de um Estado e de um país justo, sendo a formação continuada de professoras/es um fator relevante para a formação de cidadãos/ãos críticas/os. Essa formação possibilita as/aos professoras/es a aquisição de conhecimentos específicos da profissão, tornando-as/os mais capacitadas/os a atender as exigências que a sociedade traz ao longo do tempo. Essas exigências se transformam com o passar dos tempos e a/o educadora/r precisa, assim como outras/os profissionais, estar constantemente atualizando-se, de modo que consiga dialogar com a/o sua/eu educanda/o.

Hoje a escola se diz despreparada por não ter conseguido acompanhar novos temas e informações que ocorrem na complexidade da sociedade ocidental contemporânea. Há um grande esforço de profissionais da educação em buscar novas formas de atrair a atenção da/do estudante em sala de aula. Diariamente, surgem situações delicadas, as quais muitas vezes, a escola (como um todo) não tem um posicionamento crítico, pois é necessário dar respostas imediatas para contornar e apresentar um diálogo ou até mesmo uma solução para casos específicos, principalmente quando envolvem temas relacionados às questões de gênero e diversidade sexual.

Discussões sobre a temática já ocorrem com frequência nos espaços escolares, salas de professoras e professores, em reuniões pedagógicas e conselhos de classe, revelando que só é tratada quando ocorrem “problemas” com estudantes LGBT¹, desequilibrando, desta forma, a rotina normativa da escola. Para casos relacionados ao preconceito e discriminação Helio Puchalski, relata que:

[...] a questão do preconceito e da discriminação encontramos uma série de ideias pré-concebidas sobre determinados grupos sociais, ideias que estão na base das atitudes discriminatórias que atravessam as relações sociais de poder travadas no cotidiano. O preconceito está presente, frequentemente, de maneira sutil nas relações diárias, em todos os espaços e tempos escolares, apresentando suas raízes no universo simbólico da cultura, nas relações de poder que perpassam as instâncias sociais, apresentando, portanto uma dimensão coletiva. (PUCHALSKI, 2015, p. 49)

Com foco ao enfrentamento do preconceito e da discriminação de gênero ou sofridas por pessoas LGBT, necessita-se de segurança e aprofundamento sobre determinados temas como tabus ou até mesmo tratados como impróprios por muitas

¹ LGBT: Lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais.

peças e instituições, mas tentamos manter a dita função da escola ignorando a necessidade de trabalhar com temas relacionados à diversidade, ao preconceito racial, às questões de gênero, classe e orientação sexual. Esse foco específico na escola justifica-se pela percepção da dimensão do papel desta instituição na exclusão social dessas/es sujeitas/os. Segundo Berenice Bento:

Para os casos em que as crianças são levadas a deixar a escola por não suportarem o ambiente hostil é limitador falarmos em “evasão”. No entanto, não existem indicadores para medir a homofobia de uma sociedade e, quando se fala na escola, tudo aparece sob o manto invisibilizante da evasão. Na verdade há um desejo em eliminar e excluir aqueles que contaminam o espaço escolar. Há um processo de expulsão e não de evasão. (BENTO, 2008, p 129; grifo da autora)

Para colocar em discussão as temáticas da diversidade é necessário capacitação, formação continuada e aprofundamento no estudo e conhecimento dos temas as/aos professoras/es e todas/os as/os profissionais da educação. Isso nos possibilitará conviver com a diversidade social no ambiente escolar, respeitando as distintas visões de mundo e valores, fortalecendo as ações de enfrentamento a todas as formas de preconceito e discriminações existentes na sociedade. Guacira Lopes Louro, ao discutir a construção escolar das diferenças, relata que:

Concebida inicialmente para acolher alguns - mas não todos - ela foi, lentamente, sendo requisitada por aqueles/as aos/às quais havia sido negada. Os novos grupos foram trazendo transformações à instituição. Ela precisou ser diversa: organização, currículos, prédios, docentes, regulamentos, avaliações iriam, explícita ou implicitamente, “garantir” – e também “produzir” – as diferenças entre os sujeitos. (LOURO, 1997, p.57; grifos da autora)

Arelado às discussões de etnia, gênero e orientação sexual, esse embasamento teórico possibilita uma reflexão em sala de aula para debater sobre temas polêmicos como racismo, homofobia, equidade de gênero, sexualidade, orientação sexual e identidade de gênero. Na verdade, a/o profissional da educação deve transformar a sala de aula em um ambiente colaborativo, com uma gestão de saber que envolve também aspectos humanos, culturais e sociais.

A formação continuada de professoras/es deve estar presente na sua base de compromissos profissionais, pois contribui para que estas/es profissionais repensem a sua prática docente, qualificando-se profissionalmente para que assim possam conduzir o processo de ensino-aprendizagem, ressaltando a importância dessa temática a partir das reflexões feitas durante a realização do seu trabalho no cotidiano escolar.

São grandes os desafios enfrentados pela/o profissional docente, mas manter-se atualizada/o e desenvolver práticas pedagógicas eficientes faz dessa/e profissional uma/um agente que produz o diferencial necessário na sua profissão. Nas palavras de Nóvoa:

[...] o aprender contínuo é essencial e se concentra em dois pilares: a própria pessoa, como agente, e a escola, como o lugar de crescimento profissional permanente. (NÓVOA, 2000; p.23)

Dessa forma, podemos pensar que as práticas excludentes de estudantes gays e lésbicas ocorrem, geralmente, pela invisibilidade nas escolas, principalmente em escolas do interior do estado do Paraná, em cidades pequenas. Nos casos de estudantes travestis e transexuais, o desafio ainda é maior devido a essas/es sujeitas/os não permanecerem nas escolas pelo motivo do não respeito a sua condição, identidade de gênero² e também, quanto ao uso do seu nome social³, conforme relata Dayana Brunetto Carlin dos Santos:

O significado desse nome [social] é construído juntamente com a identidade de gênero fabricada pelas/os transexuais e travestis como uma espécie de legenda, isto é, uma identificação diante do mundo e, sobretudo, materializa a nova identidade produzida pela construção do corpo. No entendimento dos sujeitos da pesquisa, a utilização do nome social em detrimento do nome civil parece propiciar uma sensação de conforto e satisfação. Parece ainda garantir, de alguma forma, o reconhecimento de outros sujeitos sobre seus processos de fabricação, tanto naquilo que se refere a seus corpos, como também às suas identidades (SANTOS, D. B. C. dos, 2010; p156.)

² Identidade de gênero: Expressão utilizada primeiramente no campo médico-psiquiátrico para designar os “transtornos de identidade de gênero”, isto é, o desconforto persistente criado pela divergência entre o sexo atribuído ao corpo e a identificação subjetiva com o sexo oposto. Entretanto, atualmente, a identidade de gênero corresponde à experiência de cada um, que pode ou não corresponder ao sexo do nascimento. Podemos dizer que a identidade de gênero é a maneira como alguém se sente e se apresenta para si ou para os outros na condição de homem ou de mulher, ou de ambos, sem que isso tenha necessariamente uma relação direta com o sexo biológico. É composta e definida por relações sociais e moldadas pelas redes de poder de uma sociedade. Os sujeitos têm identidades plurais, múltiplas, identidades que se transformam, que não são fixas ou permanentes, que podem até ser contraditórias. Os sujeitos se identificam, social e historicamente, como masculinos e femininos e assim constroem suas identidades de gênero. Cabe enfatizar que a identidade de gênero trata-se da forma que nos vemos e queremos ser vistos, reconhecidos e respeitados, como homens ou mulheres, e não pode ser confundida com a orientação sexual (atração sexual e afetiva pelo outro sexo, pelo mesmo sexo ou por ambos). (PARANÁ, 2010; p.10)

³ Nome Social: O nome social é aquele pelo qual pessoas auto classificadas trans preferem ser chamadas cotidianamente, refletindo sua expressão de gênero, em contraposição ao seu nome de registro civil, dado em consonância com o gênero ou/e o sexo atribuídos durante a gestação e/ou nascimento. (MARANHÃO Fº, 2012; p 5)

Em todas as escolas existem regras estabelecidas em regimento para as práticas afetivas em suas dependências, mas as mesmas se posicionam de maneira diferenciada em casos de namoro entre casais heterossexuais e casais homossexuais. Há um contexto totalmente preconceituoso em relação aos casais homossexuais, o que não acontece com heterossexuais. Promover discussões e ações pautadas na igualdade de gênero e no respeito à diversidade sexual dentro dos “muros” da escola, representa a oportunidade de formação humana e cidadã para as/os adolescentes e jovens que ocupam e transitam nesses espaços visando à efetivação de ambientes políticos de vivência de direitos humanos. A/o protagonista detentora/r da discussão em gênero e diversidade sexual na escola é a/o professora/or. Ela/ele é a/o personagem que está ligada/o diretamente e diariamente com as/os estudantes, durante as horas diárias de ensino.

No ano de 2010, o Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria de Estado de Educação, passa a ser pioneiro no Brasil na promoção de eventos para discutir e encontrar soluções para as dificuldades enfrentadas pela população LGBT na área da educação, visando à permanência e o bem-estar da/o estudante dentro da sala de aula. Tal fato deu-se a partir da criação, em 2009, do Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual – NGDS, no âmbito do Departamento da Diversidade – DEDI, na Secretaria de Estado da Educação - SEED⁴. Uma das primeiras ações do núcleo foi instituir o Fórum Paranaense de Gênero e Diversidade Sexual – FÓRUM GDS, em parceria com os movimentos sociais LGBT, Feminista, Negro, de Mulheres e Sindical, além das Instituições de Ensino Superior – IES.

Assim, foi construída uma Política Pública Educacional de Gênero e Diversidade Sexual que se tornaria referência nacional. Essa política foi desenvolvida por meio de três eixos: formação continuada, produção de material de apoio pedagógico e diálogo estreito com os Movimentos Sociais Organizados.

No ano de 2010, a formação continuada foi realizada por meio dos cursos de Gênero e Diversidade Sexual na Escola – GDE, Saúde e Prevenção nas Escolas – SPE, Grupo de Estudos em Gênero e Diversidade Sexual, Oficinas Itinerantes em Gênero e Diversidade Sexual e I Encontro Estadual de Educação LGBT.

Foi a partir do diálogo estreito com os movimentos sociais que, no âmbito da Política Pública Educacional de Gênero e Diversidade Sexual, a Liga Brasileira de

⁴ SEED: Secretaria de Estado da Educação do Paraná.

Lésbicas – LBL propôs, em parceria com o Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual, o I Encontro Estadual de Educação LGBT. A conjuntura política e de financiamento não estava favorável, uma vez que o ano era de eleição para o governo do Estado. Mas, como a parceria com os movimentos sociais e IES era extremamente próxima, uma vez que a própria coordenadora do NGDS compunha a Liga Brasileira de Lésbicas, o evento foi realizado com verbas do governo estadual, federal, de colaboradoras/es ativistas dos movimentos sociais e da equipe da Secretaria de Estado da Educação - SEED, que atuaram como docentes no evento.

OBJETIVO

Objetivo geral:

Discutir sobre a importância das formações e capacitações sobre as temáticas de gênero e diversidade sexual, ocorridas no ano de 2010 na Educação do Estado do Paraná.

METODOLOGIA

O estudo realizado nesse artigo toma como recorte temporal de análise as formações e capacitações para professoras/es e funcionários da educação do Estado do Paraná sobre as temáticas de gênero e diversidade sexual no ano de 2010. O motivo do recorte se deu pelo fato de que no referido ano ocorreu a maior incidência dessas formações. O foco de análise será das capacitações realizadas com educadoras/es.

O estudo foi desenvolvido por meio dos dados do ano de 2010 obtidos pelo Sistema de Capacitação da Educação do Estado do Paraná, que apresenta dados quantitativos coletados de acordo com a formação.

A SEED praticou uma política ampla de inserção da temática de gênero e diversidade sexual por meio de formação continuada de professoras/es dos 399 municípios do Estado do Paraná através dos cursos de Gênero e Diversidade Sexual na Escola – GDE, Saúde e Prevenção nas Escolas – SPE, Grupo de Estudos em Gênero e Diversidade Sexual, Oficinas Itinerantes em Gênero e Diversidade Sexual e I Encontro Estadual de Educação LGBT.

O investimento da Secretaria de Educação para a capacitação de docentes a longo prazo tem o objetivo de tornar a escola um espaço sensível e justo, com menos preconceito e discriminação, criando um ambiente com mais respeito entre os seres humanos que ali frequentam. Afinal, a escola tem a responsabilidade de contribuir para a redução da discriminação e dos preconceitos contra as mulheres e contra todas/os aquelas/es que não correspondem a um ideal de masculinidades e de feminilidades hegemônicas, como gays, e lésbicas, travestis e transexuais, por exemplo. Nessa perspectiva e de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação as escolas devem ser:

[...] capazes de gerar sujeitos inventivos, participativos, cooperativos, preparados para as diversificadas inserções sociais, políticas, culturais, laborais e, ao mesmo tempo, capazes de intervir e problematizar as formas de produção e de vida. (BRASIL, 2011; p. 9)

Dessa forma, será realizada uma revisão bibliográfica sobre a temática gênero e diversidade sexual na escola, com o foco principal nos cursos formação direcionados a educadoras/es, utilizando o sistema de capacitação da Secretaria de Estado da Educação do Estado do Paraná para o cotejamento com as experiências docente e discente que participaram do processo de formação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Por muitos anos houve resistência em se colocar se colocou em pauta o assunto gênero e diversidade sexual nas escolas estaduais do Paraná, portanto muito pouco ou quase nada se falava sobre a violência sexual sofrida pelas meninas, tampouco sobre LGBTfobia⁵, preconceito e nem sobre a condição de estudantes travestis e transexuais. Omitir-se dessas discussões é deixar que se perpetuem as práticas de opressões históricas, que acometem as várias classes e, principalmente, as mulheres e as práticas LGBTfóbicas, machistas e racistas. Não discutir esses temas significa afirmar pensamentos e atitudes conservadoras, que sempre estiveram presentes na sociedade brasileira e que impedem o exercício da cidadania e dignidade das pessoas e dos direitos humanos.

⁵ LGBTfobia: aversão, repugnância, medo, ódio ou preconceito que algumas pessoas, ou grupos nutrem contra os homossexuais, lésbicas, bissexuais e transexuais.

A escola se apresenta hoje, como uma das mais importantes instituições sociais responsáveis por estabelecer a mediação entre a/o sujeita/o e a sociedade. Ao transmitir os conhecimentos e a cultura, e com ela, modelos sociais que empoderam as/os sujeitas/os fora da norma é possível observar que estas/estes se tornam protagonistas na inserção dos novos temas a serem discutidos e debatidos pela sociedade. Segundo relata uma estudante travesti de uma escola pública do Paraná:

Discutir gênero na escola é conscientizar o outro da diversidade que nos constitui. Eu só tive oportunidade de voltar à escola mais de dez anos depois graças a essas formações e essa discussão nas escolas do Paraná, associado ao uso do Nome Social nas escolas, mesmo que de forma ainda pouco divulgada a educação que vem lutando para tirar nós, travestis e transexuais, de uma situação de invisibilidade. Enfrentamos muitos preconceitos e, por isso, a maioria de nós se encontra em situação de prostituição. Hoje estou no caminho da educação, do trabalho, e sei, mais do que nunca, que o lugar da travesti não é na esquina, mas onde ela quiser estar (estudante travesti - B.B.)

A partir desta fala da estudante, é possível compreender que as formações realizadas nas escolas naquele período vêm ecoando e produzindo desdobramentos não só na experiência docente, mas também na discente.

Cursos que ocorreram no ano de 2010:

Planilha 01:

Nome do Curso	Carga Horária	Municípios Participantes	Nº de Formadas/o
Curso de Aperfeiçoamento em Gênero e Diversidade na Escola – GDE	200 Horas	Municípios dos 32 Núcleos Regionais de Educação.	1100 Professoras/es
Saúde e Prevenção na Escola - SPE	16 Horas	Ponta Grossa, Telêmaco Borba, Ivaiporã e União da Vitória	104 Professoras/es e profissionais da saúde
Grupo de Estudos em Gênero e Diversidade Sexual	16 Horas	Municípios dos 32 Núcleos Regionais de Educação.	2560 Professoras/es
Oficinas Itinerantes	4 Horas	399 Municípios do Paraná	24.000 Profissionais da Educação

em Gênero e Diversidade Sexual			
I Encontro Estadual de Educação LGBT	32 Horas	Municípios dos 32 Núcleos Regionais de Educação.	500 Professoras/es

Conforme apontam os números na planilha 01, há uma grande demanda de profissionais da educação interessadas/os em fazer a discussão de gênero e diversidade sexual, visto que este é um tema de anseio presente em todas as escolas do estado do Paraná.

Visibilizar esses temas e também conferir um grau de importância a esses assuntos alimenta o interesse em investigar na política formativa, dando elementos para novas capacitações e debates dessas temáticas nas escolas públicas estaduais.

A partir do momento que as/os educadoras/es tomam conhecimento dessas temáticas através de capacitações, passam a não mais negligenciar as questões relativas a gênero, identidade, racismo e orientação sexual; ao mesmo tempo, as situam em suas prioridades e as contemplam a partir das perspectivas da inclusão social e da cultura dos direitos humanos, considerando as profundas transformações sociais, culturais e políticas ocorridas. Não devemos esquecer e podemos afirmar com convicção que vivemos em uma sociedade machista, sexista, racista e LGBTfóbica.

Diante dessa realidade, nós como educadoras/es precisamos mudar a atual realidade e, para tanto, a discussão em torno do assunto precisa acontecer. Quando falamos em gênero, logo, as pessoas associam a gays e lésbicas, mas as discussões são mais amplas, e englobam, inclusive as relações heterossexuais. Precisamos fazer um debate respeitoso, que não segregue e não discrimine. Observando a prática da escola, e mais especificamente a prática docente, Guacira Lopes Louro alerta que;

Talvez seja mais produtivo para nós, educadoras e educadores, deixar de considerar toda essa diversidade de sujeitos e de práticas como um “problema” e passar a pensá-la como constituinte do nosso tempo. Um tempo em que a diversidade não funciona mais como base na lógica da oposição e da exclusão binárias, mas, em vez disso, supõe uma lógica mais complexa. (LOURO, 2000, p51. grifo da autora)

Dessa forma, podemos compreender que a proposição da autora visa uma educação pautada em práticas de liberdade, contrapondo-se à ideia de uma educação moralizante, produtora de relações de poder desiguais, hierarquias e de exclusão que por longos anos, construiu a diversidade como “problema”. Isto aconteceu mais especificamente a partir do momento histórico em que os padrões binários de gênero e sexualidade foram naturalizados e vistos como sinônimo de “normalidade” e “anormalidade”, que para Foucault adquire sentidos quando;

[...] a tecnologia do sexo, basicamente, vai-se ordenar a partir desse momento, em torno da instituição médica, da exigência de normalidade e, ao invés da questão da morte e do castigo eterno, do problema da vida e da doença. A „carne” é transferida para o organismo. Essa mutação se situa na passagem do século XVIII para o século XIX; ela abriu caminho para muitas outras transformações que daí derivam. Uma delas separou a medicina do sexo da medicina geral do corpo, isolou um “instinto” sexual, suscetível, mesmo sem alteração orgânica, de apresentar anomalias constitutivas, desvios adquiridos, enfermidades ou processos patológicos. [...] A medicina das perversões e os programas de eugenia foram, na tecnologia do sexo, as duas grandes inovações da segunda metade do século XIX (FOUCAULT, 1988, p128-129. grifos do autor).

Um complexo dispositivo foi instaurado para produzir discursos verdadeiros sobre o sexo: um dispositivo que abarca amplamente a história, pois vincula a velha injunção da confissão aos métodos da escuta clínica. E, através desse dispositivo, pôde aparecer algo como a “sexualidade” enquanto verdade sobre o sexo e de seus prazeres. (FOUCAULT, 1988, p. 77-78)

Problematizar o que é tido como normal ou natural deve ser uma das funções da educação escolar, promovida pelas/os educadoras/es em sua prática. Isto é, entender e tratar a diversidade como um “problema” é fazer perpetuar a interiorização do\da outro\la, é disseminar a violência, a intolerância e o desrespeito. Desse modo, segundo a autora AZZI (2005):

O saber pedagógico é o saber que [a/]o professor[a/r] constrói no cotidiano de seu trabalho e que fundamenta sua ação docente, ou seja, é o saber que possibilita [a/]ao professor[a/r] interagir com [suas/]seus alun[as/]os, na sala de aula, no contexto da escola onde atua. A prática docente é, simultaneamente, expressão desse saber pedagógico construído e fonte de seu desenvolvimento (AZZI, 2005, p.43).

Em suma, as formações continuadas direcionam o respeito à diversidade, à promoção da igualdade e equidade dentro da escola e são de extrema importância, para atuação das/os professoras/es dentro da sala de aula. Essa prática pode fazer diferença na realidade social, pois estará formando sujeitas/os com uma nova visão de mundo e de sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ações que visam o debate, palestras, oficinas ou discussões sobre a temática de gênero e diversidade sexual garantem o acesso e a permanência de todas as/os estudantes dentro da escola. Ao se assumir como o foco principal as/os sujeitas/os LGBT, essas ações contribuem, também, para a garantia de uma educação pública de qualidade frente aos altos índices de evasão, abandono e repetência dessas/es sujeitas/os.

Capacitar as/os educadoras/es sobre as questões de gênero e diversidade sexual na escola significa dar suporte técnico, teórico metodológico para uma formação inclusiva, levando em conta o pluralismo dos corpos, gêneros e desejos. Dessa forma, a escola poderá ser construída como um espaço de combate à LGBTfobia ao trabalhar por meio do respeito a todas as formas de ser e estar no mundo como “mulher” e/ou “homem”, acolhendo como legítimas todas as formas consentidas de relações e práticas erótico-afetivas-sexuais.

AGRADECIMENTOS

Escrever um artigo com a temática de gênero e diversidade sexual em um período que muito se discute sobre uma suposta “Ideologia de Gênero” não é uma tarefa fácil, mas torna-se desafiadora. Gostaria de agradecer a todas as pessoas que, de forma direta ou indireta, colaboraram de alguma maneira nessa minha trajetória ao fazer e trabalhar com políticas públicas. As/aos meus/minhas amigas/os e ex-colegas de trabalho na Coordenação de Gênero e Diversidade Sexual: Brenda, Dayana, Helio, Giovani, Guido, Melissa. A todas/os as sujeitas/os da diversidade e Movimentos Sociais que conheci nesses anos de trabalho com gênero e diversidade sexual que muito me ajudaram e contribuíram para minha formação que, com certeza, me tornou uma pessoa melhor. Um agradecimento especial à minha orientadora Nádia que tanto me ajudou e orientou na produção deste artigo, como também a todas/os as/os docentes que foram importantes para a realização e sucesso dessa especialização.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZZI, Sandra. Trabalho docente: autonomia didática e construção do saber pedagógico. In: PIMENTA, Selma Garrido. (Org). **Saberes pedagógicos e atividade docente**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2005, P. 43-57.

BELLO, Melissa Colbert; PUCHALSKI, Helio. **Educação das relações de gênero e diversidade sexual no Paraná: a diversidade como princípio educativo**. In: MAIA, Jorge Sobral da Silva; BIANCON, Mateus Luiz. (Org.). Educação das relações de gênero e em sexualidades: reflexões contemporâneas. 1. ed. Curitiba: Appris, 2014.

BENTO, Berenice Alves de Melo. **O que é transexualidade**. São Paulo; Brasiliense, 2008.

BRASIL, **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. Ministério de Educação/Câmara de Educação Básica CNE/CEB Nº:5 ,2011.

FOUCAULT, História da Sexualidade I: a vontade de saber. 17ª. Ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: Uma perspectiva pós-estruturalista. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

_____. “Currículo, gênero e sexualidade. O ‘normal’, o ‘diferente’ e o ‘excêntrico’”. In: LOURO, G. L., NECKEL, J. F. & GOELLNER, S. V. (orgs.). **Corpo, gênero e sexualidade**. Petrópolis: Vozes, 2003.

_____. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Guacira Lopes Louro (org.) tradução dos artigos: Tomaz Tadeu da Silva – 3ª. Ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2000.

MARANHÃO F^o. Eduardo Meinberg de Albuquerque . **Inclusão de travestis e transexuais através do nome social e mudança de prenome: diálogos iniciais com Karen Schwach e outras fontes.** Oralidades (USP), v. 11, p. 89-116, 2012.

NÓVOA, Antônio. **Os professores e sua formação.** Lisboa: Dom Quixote, 1997.

PARANÁ, Capacitação. Disponível em: <http://celepar7.pr.gov.br/capacitacao/>
Acesso em: 15/10/2015.

PARANÁ, **Diretrizes Curriculares de Gênero e Diversidade Sexual da Secretaria de Estado da Educação do Paraná.** Secretaria de Estado da Educação do Paraná, Curitiba, 2010.

PUCHALSKI, Helio. **Ar/tografia e enunciações Queer: hibridizações entre arte, gênero e sexualidade nas narrativas de professoras/es de arte.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

SANTOS, D.B.C.dos: **Cartografias da Transexualidades: a experiência e outro deslocamento.** Dissertação (Mestrado em Educação) – universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.